



rumores e ruídos

JUSTIÇA PELAS COTAS

Pela internet tem circulado a sugestiva imagem do ministro Joaquim Barbosa, de costas, com sua longa toga, comparada à capa preta de um Batman implacavelmente justiceiro. O texto que a acompanha, pelo menos aquele a que tive acesso, diz: “Batman é para os fracos. O meu herói é negão, usa toga preta e está em Brasília lutando contra os maiores vilões da história do Brasil”.

Além dessas palavras incontestáveis, segue parte de sua biografia, da qual o próprio ministro faz pouco alarde e à qual não atribui suas conquistas pessoais e profissionais. Ele afirma com tranquilidade que, apesar de ser o primogênito dos oito filhos de um pedreiro e de uma dona de casa, não comeu o pão que o diabo amassou. Não tira partido de suas humildes origens, não endossa o discurso que o vê como exceção numa sociedade preconceituosa e discriminatória. De forma inteligente, reconhece no estudo sua trajetória de ascensão e de inserção sociais. Assegura que o que fez, de fato, para chegar a esse lugar “de autoridade” foi estudar: “Isso eu fiz. Estudei, estudei muito”, declarou à Revista Veja.

Os holofotes que o distinguem, nas páginas de nossa história atual, como relator do mensalão, lavando a alma brasileira tão amarrotada pelas indecentes ligações que regem a política nacional, também jogam luz sobre a vida privada do ministro, em cuja biografia é realçada uma trajetória singular em meio às adversidades da vida da quase totalidade dos brasileiros: baixa renda e negritude.

O homem, fluente em várias línguas, admirador da música clássica, violinista amador, doutor pela Universidade de Paris II, professor visitante de universidades estrangeiras, aprovado nos mais diversos concursos (Procuradoria da República, magistério na UFRJ) é também aquele que gosta de tomar uma cerveja com amigos e dançar forró. Joaquim Barbosa transita, portanto, entre o prosaico dos nossos hábitos e a excepcionalidade de suas habilidades e funções.



rumores e ruídos

No texto que recebi, após a exposição de seu currículo, afirmava-se que ele não precisou de cotas. Mas Joaquim Barbosa é favorável à política de cotas, votou, no Supremo Tribunal Federal, em abril deste ano, por sua constitucionalidade, porque acredita que nenhuma nação, na era contemporânea, pode sair de sua condição periférica, mantendo no plano doméstico uma política de exclusão aberta ou dissimulada. Barbosa tem também um livro publicado sobre questões correlatas: “Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA”.

Não somos os EUA, nossa pretensão a uma democracia racial já parte do pressuposto de que, no Brasil, nossas raízes miscigenadas e híbridas desde sempre nos conduziram a uma prática distintiva de tolerância e cordialidade. Tal prática, no entanto, nunca conferiu nem assegurou o princípio equitativo caro a qualquer tipo de democracia, ou seja, ter direitos iguais a e poder gozar de tais condições. Em tese, a situação seria essa. Na prática, os dados revelam nosso passado de escravidão e opressão. As estatísticas apontam muitas discrepâncias quanto à questão étnico-racial, sobretudo, no que diz respeito ao ensino.

Uma ação afirmativa, como a aprovada pelo STF, pretende compensar a injustiça reclamada por qualquer grupo que se sinta em condição desfavorável de acesso ao que lhe seria de direito. Tais ações pretendem concretizar o direito de igualdade. Ainda que pese a legitimidade de suas intenções, ações afirmativas devem ser entendidas como etapas transitórias para uma sonhada sociedade igualitária. Não podem constituir benesses, privilégios, nem reserva de direitos.

Ao sancionar, em agosto, a lei que obriga as universidades federais a, em até quatro anos, destinarem 50% de suas vagas às cotas, o governo brasileiro pretende democratizar o acesso a universidades daqueles que, por razões socioeconômicas, escolares e étnico-raciais, estariam excluídos do que tem sido erroneamente alardeado como um privilégio de alunos oriundos de boas escolas particulares, fazendo com que tais instituições deixem de cumprir sua



rumores e ruídos

função precípua: universalizar o conhecimento.

Mas onde reside o fiel dessa balança? Como executar ações que, em curto prazo, possam resolver problemas tão crônicos e cujas origens não estão apenas no processo histórico de exclusão de brancos, negros, pardos, índios (pobres todos), mas sobretudo na falta de investimentos governamentais, em todas as suas esferas, e de políticas públicas de educação que consigam oferecer, para todos e com qualidade, ensino público e gratuito sem esquecer que, para isso, o magistério - seja na sua formação, seja na sua prática - tem que ser questão de ordem, prioridade nacional.

Joaquim Barbosa acertou mais uma vez quando destacou, em sua história de vida, o único passaporte que lhe deu mobilidade social e lhe outorgou a prerrogativa de ser, agora, o nosso herói: o ensino!

